



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10701 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 12 - Filosofia da Educação

O sentido público da educação no Brasil

Rosane da Rosa Porto - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O SENTIDO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Problemática - O propósito deste texto é provocar uma reflexão acerca do sentido público da educação, compreendendo-a como uma instância criada pelo artifício humano por meio do qual as sociedades transmitem o seu legado histórico e cultural às novas gerações. No entanto, observamos que na contemporaneidade os processos educativos se dão num contexto em que prevalecem alguns dos valores modernos fundados na ótica do capitalismo, como o consumismo e o ceticismo em relação às causas comuns que perpassam a sociedade. Estas concepções, por sua vez, acabam se instalando no universo educativo. Tal situação acomete grande parte dos países nos quais, nos últimos séculos, ocorre a escalada do capitalismo, sendo que no Brasil não é diferente. Ao fazermos uma incursão na trajetória da educação brasileira, a fim de identificar em quais de seus momentos e sob quais tendências pedagógicas está inscrito o sentido da educação como um bem público, identificamos sua presença somente em tempos muito longínquos. Já com o avanço do capitalismo, a educação acabou por atrelar-se a seus valores e passou a contribuir com a manutenção de um tipo de sociedade que prima pelo bem privado. Atualmente, quando o sistema econômico brasileiro se encontra cada vez mais alinhado aos formatos neoliberais, torna-se ainda mais difícil encontrar, no sistema educacional, espaços e possibilidades para o desenvolvimento e consolidação de práticas pedagógicas voltadas à defesa da educação como um bem público e que tenha como finalidade primordial tratar das relações entre os humanos e o mundo. Mesmo que a educação seja um espaço, por excelência, coletivo, o fato ao qual precisamos prestar atenção é, justamente, o de que a sociedade capitalista vê o mundo como um objeto de consumo e não como um espaço de cuidado e que necessita ser conservado para que possa abrigar as novas gerações que precisarão encontrar nele condições ambientais e socioculturais para sobreviver.

Introdução - Este texto, impelido pela problemática exposta no parágrafo anterior, pretende pensar a escola como espaço de formação humana no qual se acolhem e protegem os novos e se tem a oportunidade de educá-los para assumirem a responsabilidade por um “mundo durável”. Para tanto, a defesa da escola e da educação brasileiras, nesta perspectiva, envolve a emergência de outro olhar paradigmático, de outros valores, diferentes destes fundados na racionalidade instrumental e que, historicamente, condicionam a sociedade e a educação. Entendemos a necessidade não só de superar os valores capitalistas em questão, mas, por outro lado, também é visível a necessidade de ampliar concepções para além das vinculadas ao materialismo histórico que, em regra, considera que nossos problemas poderiam ser sanados pelo estabelecimento de uma uniformidade social que garantisse o fim das desigualdades e da exploração de uma classe sobre outra. O que precisa ser problematizado atualmente, em face do avançado estágio neoliberal, é que a mera equidade social e a distribuição igualitária dos bens produzidos socialmente, ainda que aconteçam, ainda que não deixem de ser fundamentais, não serão suficientes para nos colocar a salvo das consequências nefastas e previsíveis do nosso modo predatório de nos relacionar com o mundo. Torna-se claro, assim, que o nosso desafio no século XXI é muito maior e está para além da luta por equidade social, embora ela seja importantíssima.

As demandas que temos como sociedade humana nos convocam, especialmente no campo da educação, à necessidade de uma nova interpretação para a ação educativa, de um novo direcionamento pedagógico instituído na consciência da condição do humano e da condição do mundo como um bem simbólico. Diante de tal objetivo, propomos uma reflexão sobre o sentido público da educação, entendendo-se por sentido público não simplesmente o fato de ser a escola uma instituição pública, administrada pelo Estado e, por isso, aberta a todos. Faz também parte de seu sentido público que seja pública, laica, democrática, gratuita e que garanta condições de acessibilidade e aprendizagem qualificada a todos; mas, sobretudo, a escola é um espaço específico que objetiva educar as novas gerações a fim de que tomem consciência do mundo público permeado por relações de interdependência entre todos os seres que nele habitam e cuja durabilidade está associada à nossa humana capacidade de amá-lo e protegê-lo, reconhecendo-o como nossa casa, ou seja, uma responsabilidade coletiva de todos os seus moradores.

Método - A presente reflexão parte de estudos bibliográficos, de desdobramentos de diálogos estabelecidos entre e com autores como Dermeval Saviani, Hannah Arendt, José Sérgio Fonseca de Carvalho e Mario Osorio Marques.

Saviani (2013), em sua obra **História das ideias pedagógicas no Brasil**, divide a história da educação brasileira em quatro grandes períodos, iniciando pouco depois do ano de 1500 e chegando aos anos 2000. O autor faz uma exposição contundente das linhas pedagógicas que caracterizam cada um destes períodos e, ao fazermos uma leitura mais atenta da referida obra, percebemos que ela favorece o entendimento de que a educação brasileira, ao longo da maior parte da sua história esteve, por um lado, atrelada aos ideais do capitalismo trazidos pelos colonizadores e em permanente expansão no Brasil desde aquela época e, por

outro lado, esteve e está ainda atrelada à luta de classes que objetiva, em síntese, a reivindicação de condições igualitárias de consumo dos bens socialmente produzidos.

A partir do estudo de Saviani (2013) convém pensar sobre os limites de se tentar compreender as relações sociais unicamente pela ótica do materialismo histórico, uma vez que esta perspectiva se torna insuficiente diante da complexidade da realidade mundial contemporânea, a qual exige que a educação se liberte da submissão ao sistema econômico e também deixe de ser, a escola, um mero espaço de ascensão social ou de reivindicação por parte das classes menos favorecidas neste sistema, isto porque o grande problema que temos a enfrentar como humanidade e não como classe social não está na ordem da disputa pelas condições de igualdade econômica e de consumo; o problema é muito maior, é da ordem da conservação da integridade do mundo como um espaço ambiental e sociocultural no qual as futuras gerações humanas possam ter condições de existência. Está em questão a proteção do mundo para que não seja consumido totalmente no presente pelo nosso modo moderno de nos relacionar com ele, um modo totalmente predatório fundado na razão instrumental.

Neste sentido, este estudo tem o intuito de buscar referências que ajudem a pensar novas e ampliadas perspectivas paradigmáticas para a educação brasileira, visando à formação humana num mundo público que é simbólico por que constituído na linguagem, erguido com nossas obras que suscitam nossos valores e que nos transcendem. Com base neste pensamento, buscamos referenciais para esta discussão em Hannah Arendt (2009), José Sérgio Fonseca de Carvalho (2017) e Mario Osorio Marques (1993).

Discussão - Procuramos encontrar nos rastros históricos da educação brasileira algum momento no qual, sob alguma orientação pedagógica, a abordagem do sentido público da educação tenha acontecido nas escolas. Para isso recorreremos à **História das ideias pedagógicas no Brasil**, obra de Dermeval Saviani (2013).

A primeira referência à educação no Brasil que se tem notícia não é uma educação formal e, tampouco, fundamentada numa pedagogia com metodologias ou objetivos sistematizados. Antes da chegada dos portugueses, estas terras abrigavam a sociedade indígena, uma sociedade organizada sem classes e composta por coletividades pequenas ligadas por laços sanguíneos. Os indivíduos eram livres, tinham direitos iguais e a terra era uma propriedade comum que fornecia os meios necessários à subsistência de todos (SAVIANI, 2013). Os indígenas não tinham uma pedagogia como hoje a entendemos, mas dispunham de um primoroso sistema de educação, cuja finalidade se percebe claramente: manter vivas suas tradições e possibilitar a continuidade da existência da comunidade.

É, justamente, na sociedade indígena primitiva que podemos observar a educação praticada e usufruída como um bem público com a finalidade de conservar a cultura, a integridade dos ambientes e os meios de vida comunitários. Esta sociedade foi atacada pelos colonizadores que implementaram um processo intencional de aculturação sobre os indígenas, com vistas ao sucesso do seu empreendimento: a conquista da terra e de todos os bens

materiais aqui encontrados que pudessem ser transformados em riqueza para a Coroa Portuguesa. Podemos dizer que a ideia do consumo e do acúmulo de riqueza por parte de um grupo mediante a subjugação de outro grupo veio nas caravelas. Os portugueses converteram a educação numa poderosa ferramenta a serviço dos interesses particulares da colonização e a pedagogia jesuítica, como se sabe, contribuiu grandemente para isso.

A história da educação formal no Brasil que, de acordo com os dados históricos (SAVIANI, 2013) começa por volta de 1549 com a vinda dos jesuítas, é profundamente influenciada, ao longo destes séculos, até nossos dias, pelo sistema econômico vigente. Embora com nuances variáveis em cada período e de acordo com os contextos e regimes políticos mais diversos pelos quais nosso país já passou, sobrepõem-se na educação os valores capitalistas traduzidos no entendimento social da escola, em especial, da escola pública como instituição formadora de mão de obra; instituição responsável pelo preparo de cidadãos aptos a prosperarem em seus projetos individuais; instituição formadora de pessoas preparadas para a competição acirrada pelos postos de trabalho cada vez mais escassos, seletivos e incertos, atualmente.

Outro fato marcante na história da educação brasileira é que, justamente, por ser fortemente influenciada pelo sistema capitalista, a escola pública, embora financiada pelo Estado, não é acessível a todos. Convivemos com a falta de vagas, com a falta de escolas, com a falta de acessibilidade estrutural e pedagógica a muitos alunos; convivemos com a evasão, com a repetência, com a não aprendizagem. Ao longo da educação básica um expressivo número de jovens brasileiros abandona a escola engrossando as massas de mão de obra barata a qual beneficia o capitalismo, reforçando-o. Sabemos que um percentual sensivelmente pequeno da população consegue concluir a educação básica e apenas um percentual mínimo de brasileiros tem acesso à educação superior.

Vista como meio de ascensão social, a educação é palco de disputas entre a elite e a classe menos abastada da população, esta última, por muito tempo, denominada proletariado. Observamos períodos históricos nos quais grandes esforços políticos foram dirigidos no sentido de garantir o ensino à elite brasileira. Vejamos como exemplo de tal intencionalidade a fundação das escolas jesuíticas no Brasil Colônia, a criação das universidades após a vinda da Família Real para o Brasil, a ampliação da rede privada de ensino, tudo isso enquanto o país contabilizava uma legião de analfabetos e sequer havia um Plano Nacional de Educação elaborado e o número disponível de escolas aptas a atender a população pobre, na primeira etapa do ensino, era inexpressivo. Em contrapartida, vemos, também ao longo da história, as lutas pela democratização do ensino público caracterizadas pelo movimento escolanovista nos anos 30 do século passado, pelas pedagogias contra-hegemônicas que marcaram a década de 1980, entre outros movimentos organizados pelo povo para reivindicar o direito à educação.

O apelo pela escola pública, laica, gratuita e que realmente alcance a todos não ficou no passado, ainda é forte hoje. No entanto, parece que o que moveu no passado estes apelos e os move ainda é, sobretudo, a intenção de alcançar a justiça social, o que é válido, digno, mas

a pergunta que realmente importa é: qual é o conceito que caracteriza o adjetivo “público” atribuído à escola? É pública porque deve ser acessível a todos e gratuita por ser financiada pelo Estado? É pública porque é o único modo de acesso da população mais pobre à educação e também o modo que esta população dispõe para alcançar condições de vida mais iguais? Seria pública por se tratar de uma instituição administrada pelo Estado, mesmo servindo aos interesses de uma classe em detrimento da outra?

Para Carvalho (2017), ao se procurar compreender o declínio do *sentido público* da educação, ou de seu esvanecimento, nos deparamos com um fenômeno exterior ao campo pedagógico que tem consequências sentidas diretamente nele: a diluição das fronteiras entre os domínios público e privado e a ascensão de uma sociedade de consumidores, sociedade esta caracterizada pelo ceticismo em relação não apenas às instituições públicas, mas também em relação às grandes causas que deveriam ser tomadas como públicas. Poderíamos falar das causas ambientais, do próprio consumismo, enfim, das consequências coletivas de nossas ações individuais que parecemos ter perdido a capacidade de enxergar.

O mundo público é, pois, o espaço compartilhado do discurso e da visibilidade, por oposição ao ocultamento, próprio ao âmbito privado; o espaço mundano da pluralidade de seres singulares, por oposição à multiplicidade vital de indivíduos da mesma espécie. Se a marca da esfera privada é o esforço para responder às necessidades impostas pelo ciclo vital, é no domínio público que os homens podem experimentar a liberdade como um desígnio da “vida pública”, ou seja, a capacidade, compartilhada com seus iguais, de renovar o mundo e dar sentido à sua existência histórica singular. Trata-se, pois, de uma relação de oposição e complementaridade entre os domínios e atividades que representam diferentes dimensões da existência humana [...] (CARVALHO, 2017, p. 20).

De acordo com Carvalho (2017), as atividades de produção e consumo na antiguidade estavam ligadas ao âmbito privado da vida, à sobrevivência: fazer uma comida ou fabricar um utensílio de trabalho eram atividades que visavam à produção para o consumo que promoveria o bem-estar privado do sujeito e da família; já a esfera pública era o espaço em que o ser humano se tornava “alguém”, ou seja, o espaço em que, pela relação política entre iguais, o homem dava um sentido social à vida subjetiva e se integrava ao mundo como partícipe singular na coletividade. Na modernidade é extirpada a esfera pública enquanto ação política dos sujeitos, pois esta passa a ser função do Estado, liberando os homens para se ocuparem do trabalho, que é prioridade numa sociedade em que o êxito da vida privada depende dele. Aos poucos, o que os homens passam a ter em comum é tão somente a sua condição de *animal laborans*. A sociedade de consumidores entende o mundo como um objeto do qual retira os meios para atender aos seus anseios privados, por isso, esvai-se a noção de mundo comum e todas as esferas sociais são, da mesma forma, meios de manutenção da vida privada.

Neste cenário, a escola também passa a ser um mero espaço de formação para o mundo do trabalho, espaço de busca por ascensão pessoal ou espaço de tensões e lutas pela aquisição de condições sociais e econômicas igualitárias, as quais provavelmente são também utilizadas para aderir ao consumo. Enquanto isso permanece esquecido ou mesmo desconhecido o outro sentido que convém darmos à escola se quisermos conservar um mundo

humano possível de ser habitado dignamente: o sentido público, a escola como lugar específico de dialogar com e sobre o mundo e de conhecê-lo a fim de entender a sua condição finita ligada, intrinsecamente, à nossa própria condição mortal.

Resultados - Ao almejarmos alguma mudança em relação à educação será preciso fazer uma ruptura em relação a concepções paradigmáticas que vieram com a modernidade, em especial, a ideia da fragmentação do conhecimento, da fragmentação do humano que o levou à alienação em relação a si como sujeito e em relação ao mundo como um espaço coletivo no qual todos os seres existem numa relação de interdependência.

Culminou a modernidade numa exasperação da subjetividade, do individualismo, que teve início na opção do mundo ocidental pelo dualismo de sujeito e objeto e que se acentuou no paradigma cartesiano da consciência fundadora das ideias claras e distintas. É este paradigma que entra em crise (MARQUES, 1993, p. 56).

Mario Osorio Marques (1993) declara a agonia da modernidade como forma de razão que a levou à exaustão, chegando a ameaçar o futuro dos próprios ideais que buscou arduamente. Vale lembrar que o sonho da modernidade era instituir um mundo de felicidade e realizações autocentrado na subjetividade humana e no domínio das ciências. Marques (1993) também anuncia um novo caminho para a sociedade e para a educação, a neomodernidade como reconstrução da modernidade. O novo paradigma não renunciaria aos ideais da razão iluminista, mas reafirmaria o poder dela rumo ao próprio esclarecimento, um iluminismo não autossuficiente, mas sim aberto à reconstrução dos saberes através da mediação da linguagem, percebendo-se o conhecimento como fruto da relação intersubjetiva dos homens como uma maneira de entenderem-se e fazerem proposições. Acrescentam-se aí proposições para a renovação do mundo.

Conclusões - Marques (1993, p. 108), ao conceituar a educação na perspectiva neomoderna diz o seguinte: “A educação é o alargamento do horizonte cultural, relacional e expressivo, na dinâmica das expressões vividas e na totalidade da aprendizagem da humanidade pelos homens”. Esta ideia resume o propósito maior de toda a trajetória educacional da humanidade e que indica, também, um possível sentido para a vida futura. A única certeza que temos diante das mais prováveis ou improváveis mudanças que possam ocorrer na sociedade humana e brasileira, no futuro, seja nos âmbitos econômico, social ou cultural, é que o mundo continuará sendo um lugar público e que a aprendizagem da humanidade pelos humanos é a forma mais confiável que conhecemos para que possamos fazer deste um espaço habitável em condições dignas, durável na proporção do tamanho da responsabilidade e do amor que formos capazes de lhe dedicar.

No dizer de Hannah Arendt (2009, p. 247): “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o suficiente para assumirmos a responsabilidade por ele”. O ato de assumir a responsabilidade pelo mundo, que é público, está diretamente ligado à necessidade de que as novas gerações se eduquem tornando-se presença aqui com autoconsciência de sua condição. É preciso contar-lhes sobre o que é o mundo e aproximá-las sensivelmente dele, a fim de que compreendam a real possibilidade de renová-lo em seus propósitos vitais e de

conservá-lo como a herança cultural recebida de quem veio antes e que diz de nossa humana identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação brasileira. Capitalismo. Concepções pedagógicas. Mundo público. Neomodernidade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 348 p. (Debates; 64/Dirigida por J. Guinsburg).

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Educação uma herança sem testamento**: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2017. 144 p.

MARQUES, Mario Osorio. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993. 126 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 473 p. (Memória da educação).